

Ata da Décima Quinta Sessão Ordinária, do primeiro ano da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dezoito de junho de dois mil e treze, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Vice-Presidente Sr. Adilson José Abracez. Secretários Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Ângelo Roberto Torres. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Luiz Gustavo Gothardo para proferir o seguinte texto: Evangelho de Mateus – Capítulo 5, versículos 38 – 42: “Vocês ouviram o que foi dito: ‘Olho por olho e dente por dente!’ Eu, porém, lhes digo: não se vinguem de quem fez o mal a vocês. Pelo contrário: se alguém lhe dá um tapa na face direita, ofereça também a esquerda! Se alguém faz um processo para tomar de você a túnica, deixe também o manto! Se alguém obriga você a andar um quilômetro, caminhe dois quilômetros com ele! Dê a quem lhe pedir, e não vire as costas a quem lhe pedir emprestado.» A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, o Sr. Presidente colocou em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: Do Senhor Prefeito foram lidos: 1. Ofício DER n.º 059/2013, encaminhando a Casa Veto Total oposto ao Projeto de Lei n.º 021/2013, que institui a “Semana Municipal de Prevenção, Conscientização e Combate ao Uso de Drogas e dá outras providências”; 2. Ofício DER n.º 060/2013, encaminhando a Casa Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio de cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, objetivando a instalação e funcionamento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (“CEJUSC”); depois de lidos foram os referidos projetos encaminhados para as Comissões Permanentes, para parecer. A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentados: Requerimentos: 1. Do Sr. Adilson José Abracez

solicitando à CETESB, informações sobre os processos de licenciamento números 05/00663/94, 05/00922/00, 60/00753/03, 60001225/05, 60/00187/06 e 60/00699/04 da Empresa Basalto Pedreira e Pavimentação Ltda, e qual a renovação da última licença; se existem projetos de recuperação das áreas degradadas, que não estão mais sendo exploradas, entre outras questões; 2. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal, informações se a parceria com a ETEC Dr. Francisco Nogueira de Lima do município de Casa Branca irá continuar sem que haja interrupção dos cursos oferecidos, até que o Poder Público viabilize a instalação de uma ETEC na cidade; 3. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o critério usado no Programa Minha Casa Minha Vida para seleção das pessoas do Município; relação da última lista de nomes selecionados pela Prefeitura, e se existe procedimento cronológico para cadastramento, pela Assistência Social; 4. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a existência de projeto para abertura de atendimento às pessoas com Diabete, Hipertensas, idosas sem Cartão Cidadão, no Posto de Saúde; 5. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informações se há algum projeto ou estudo para a canalização da água das chuvas que desce da escola Oscar de Almeida e passa pela calha que fica na parede do Posto Central da Saúde Bucal e sai no corredor até a calçada.

Indicações: 1. Do Sr. Adilson José Abracez solicitando ao Executivo Municipal reparar a guia do lado oposto do nº 141, da rua Mato Grosso, bairro Dom Bosco; 2. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal limpeza do terreno na rua Antonio de Oliveira Mathias em frente ao nº 250; pela ordem, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura das demais Indicações dos Senhores Vereadores bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por sete votos favoráveis, sendo cinco contrários dos Srs. Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Luiz Carlos de Campos e Luiz Gustavo Gothardo; a seguir, o Sr. Presidente determinou que o Sr. Secretário continuasse a leitura, lendo-se apenas as ementas das Indicações: 3. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco solicitando ao Executivo Municipal que no dia 29 de junho, em comemoração ao Dia do Pescador, possa liberar o Parque dos Lagos para a pesca; 4. Do Sr. Luiz Carlos de Campos - Bozó solicitando ao Executivo Municipal reforma ou substituição da cobertura do ponto de ônibus localizado

no Centro da cidade, próximo à Igreja Matriz Centenária; 5. Do Sr. Luiz Carlos de Campos - Bozó solicitando ao Executivo Municipal limpeza e dedetização dos bueiros de escoamento de água da rua Silvia Bueno, no Jardim Dom Bosco, especialmente, os que estão localizados em frente às residências de nº 938 e nº 947; 6. Do Sr. Luiz Gustavo Gothardo solicitando ao Executivo Municipal cortar os galhos das árvores e efetuar a limpeza dos mesmos, na rua Lanzoni, bairro João Aldo Nassif; 7. Do Sr. Luiz Gustavo Gothardo solicitando ao Executivo Municipal operação “tapa buracos” na Vila Miguel Martini, especialmente, na rua Fracheta; 8. Do Sr. Luiz Carlos de Campos -Bozó solicitando ao Executivo Municipal colocação de cobertura de ponto de ônibus nas proximidades da entrada do Condomínio Quinta das Pitangueiras; 9. Do Sr. Luiz Gustavo Gothardo solicitando ao Executivo Municipal aumentar o muro do Parque Serra Dourada, especificamente, na esquina da rua Gothardo com a rua Vigato e conserto de alambrado na rua Lanzoni; 10. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal a instalação de uma base comunitária móvel da Guarda Municipal na rodoviária do Município; 11. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal construção de calçadas na Avenida dos Ipês, em especial, no trecho da Interclínicas no bairro Roseira de Cima; 12. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal providenciar a colocação de bebedouros na Rodoviária; 13. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal poda de árvores na Rodoviária da Cidade; 14. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal limpeza do mato nos terrenos que margeiam a linha férrea no trecho do bairro Dona Irma; 15. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal capeamento no asfalto da Avenida Antonio Pinto Catão, nas proximidades do bairro João Aldo Nassif; 16. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal operação “tapa buracos” na Av. dos Ipês, no bairro Roseira de Baixo; 17. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal operação “tapa buracos” na rua Pará próximo ao Posto de Saúde Fontanela, no bairro Dom Bosco; 18. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal colocação de um toldo na frente do Posto de Saúde UBS 12 de Setembro; 19. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal pintura de faixas para demarcação de vagas para motos no estacionamento da rodoviária do Município; 20. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal substituição das lâmpadas queimadas na rodoviária da Cidade; 21. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo

Municipal remoção do lixo e entulho na Av. Pacífico Moneda, ao lado da empresa Samvardhana Motherson Reflectec (SMR) sentido a rodovia SP 340; 22. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na rua Maranhão, próximo ao nº 200; 23. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal troca das telhas do ponto de ônibus instalado na rua Maranhão, próximo ao nº 3.223, no bairro de Guedes de Baixo; 24. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal operação “tapa buracos” na Av. Airton Senna, sentido ao bairro Parque Ana Helena; 25. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal providências que especifica, na Av. Pacífico Moneda (construção de ponto de ônibus com cobertura em frente à Olaria do Bodini e colocação de lixeira; limpeza da lagoa ao lado daquela Olaria; 26. Do Sr. Willian de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal reforma do telhado do ponto de ônibus e a demarcação de solo de “parada de ônibus”, na rua Osvaldo Tonini, no bairro Nova Jaguariúna, próximo ao Parque Benedito Bergamasco; 27. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal melhoria na manutenção e limpeza e poda das árvores do Parque Santa Maria; 28. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal providenciar a troca dos móveis e manutenção dos equipamentos nos consultórios dos dentistas da Saúde Bucal, no Posto Central; 29. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal operação Cata Bagulho no Condomínio Ana Helena; 30. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na Av. Padre Antonio Gomes, próximo ao número 584; 31. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal providências necessárias para a próxima Cavalaria Antoniana, como: corredores nas esquinas e fechamento nos cruzamentos com cordas ou grades durante o percurso do desfile; 32. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal limpeza das fossas nas “casas Veloso”, no bairro Vargeão, e demais bairros onde existem fossas; 33. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal cobertura na área interna de espera da UPA; 34. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal implantação da Bolsa Atletas, no Município; 35. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal operação para revitalizar o asfalto e tapar os buracos no bairro Jardim Planalto, em especial na rua Serafim Abib. 36. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal limpeza periódica na praça do bairro

Imperial. 37. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal que seja realizada a manutenção nas quadras e pista de caminhada da Praça do Bairro Imperial. A seguir, foi lida a Moção do Sr. David Hilário Neto de congratulações e louvor ao Secretário Irineu Gastaldo e toda equipe da Secretaria de Gestão Ambiental, pelo belo trabalho realizado na Semana do Meio Ambiente. Em seguida, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. CE-RENOVIAS-122/2013 do Sr. Diretor Presidente da Renovias Concessionária S/A, dando resposta ao Requerimento nº 146/2013 do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando colocação de cobertura de ponto de ônibus no trevo da Rod. Governador Ademar Pereira de Barros – SP340, próximo ao bairro Roseira, no sentido Campinas/Mogi Mirim conforme ao existente do lado oposto no sentido Mogi Mirim/Campinas; 2. Carta do Diretor das Estâncias Metrôpolis Turismo e Viação Ltda. dando resposta ao Requerimento nº 136/2013 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando, se há algum estudo para que o ônibus que faz a linha do bairro Tanquinho Velho adentre no bairro Bananal pelo menos três vezes ao dia; 3. Carta do Diretor das Estâncias Metrôpolis Turismo e Viação Ltda. dando resposta ao Requerimento nº 110/2013 do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão solicitando disponibilizar mais linhas de ônibus para o Bairro Tanquinho Velho; 4. CT PL R*RB 278/2013 do Gerente Regional da Telefônica/Vivo dando resposta ao Requerimento nº 127/2013 do Sr. William de Souza Silva – Zidane solicitando instalação ao menos de 02 (dois) orelhões no bairro Bom Jardim, em locais de fácil acesso; 5. Ofício DRT16 Nº 187/2013 do Delegado Regional Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo dando resposta ao Requerimento nº 130/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando ao Executivo Municipal e ao Ministério da Fazenda informações sobre recolhimento do ISS e outros tributos no evento Brahma Country Festival, entre outras questões. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Adilson José Abracez solicitando à CETESB, informações sobre os processos de licenciamento números 05/00663/94, 05/00922/00, 60/00753/03, 60001225/05, 60/00187/06 e 60/00699/04 da Empresa Basalto Pedreira e Pavimentação Ltda, e qual a renovação da última licença; se existem projetos de recuperação das áreas degradadas, que não estão mais sendo exploradas, entre outras questões, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal, informações se a

parceria com a ETEC Dr. Francisco Nogueira de Lima do município de Casa Branca irá continuar sem que haja interrupção dos cursos oferecidos, até que o Poder Público viabilize a instalação de uma ETEC na cidade, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o critério usado no Programa “Minha Casa Minha Vida” para seleção das pessoas do Município; número de contemplados com o programa e prazo de entrega das casinhas populares, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a existência de projeto para abertura de atendimento às pessoas com Diabete, Hipertensas, idosas sem Cartão Cidadão, no Posto de Saúde, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informações se há algum projeto ou estudo para a canalização da água das chuvas que desce da escola Oscar de Almeida e passa pela calha que fica na parede do Posto Central da Saúde Bucal e sai no corredor até a calçada, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Moção do Sr. David Hilário Neto de congratulações e louvor ao Secretário Irineu Gastaldo e toda equipe da Secretaria de Gestão Ambiental, pelo belo trabalho realizado na Semana do Meio Ambiente, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores que quisessem fazer uso, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, fez uso da palavra o Sr. Adilson José Abracez que cumprimentou a todos e disse que era muito bom ver todos os presentes, e que ele gostaria de já entrar direto no assunto que estava muito em pauta e que era de grande interesse para o Município, e de grande interesse da Comissão, ele o Romilson, o Magrão, o Rodrigo, e disse a todos que a vontade daquela Comissão era de que fosse votado naquela noite, já entrasse em primeira discussão e votação aquele projeto deles, porque da parte deles ele estava pronto, ele tinha o parecer, tinha toda a documentação, mas, infelizmente, não havia ficado pronta a ata da última reunião, da última audiência pública, e que a Secretaria da Câmara estava com... que, realmente, ele tinha constatado, verificado e que ele poderia dizer que conhecia todas as funcionárias, que só tinham funcionárias, e ele verificou que, realmente, não tiveram tempo, porque além daquela ata, teve a primeira audiência, depois a segunda audiência, a ata da sessão da semana passada e no dia seguinte tinha todo o preparativo para a solenidade de entrega de título benemérito que aconteceria naquela Casa, às

dezenove horas e trinta minutos, então, diante daquela impossibilidade e da questão regimental, também, porque não poderia ser votado sem a ata estar pronta, ele ia só dizer a todos os interessados, que eles poderiam ter certeza absoluta que no dia seis de agosto e no dia treze de agosto, aquele assunto estaria concluído, favoravelmente, tranquilamente porque não precisaria ir gente de Brasília, de lugar nenhum, nem da China, se quisessem, até poderiam ir até aquela Casa, mas quem decidia era o Plenário, eram os Vereadores, e eles os informaram, já passaram, já demonstraram, claramente, que eram favoráveis, então, eram treze Vereadores que já tinham dado aquele ok, aquela afirmação para ele, então, estava seguro de que não teria problema nenhum, eram soberanos, decidiam por Jaguariúna, não era ninguém de Brasília, professor, marqueteiro, gente que ia no jornal, que fizesse o que quisesse, e eles eram informados, diretamente, por aquela Casa, porque pelo jornal, eles nunca eram bem informados, então, diretamente por aquela Casa, pelas suas palavras, pelas palavras dos Vereadores, ele poderia garantir a todos, que tivessem paciência, e eles tinham de seguir o Regimento, e a ansiedade era muito grande e ele gostaria de estar votando, e convidar a todos para que fossem até lá, porque não iria ter protesto, não, e, sim, eles iriam festejar aquela mudança; disse que poderiam ficar tranquilos que ele garantia para eles, e ele não tinha a menor dúvida, porque os Vereadores eram quem decidiam e eles tinham decidido, e era aquilo que ele queria falar sobre a ZEEM; a seguir falou que para que não entrasse em discussão, ele já ia adiantar o seu voto lá, quanto à Moção da PEC, dizendo que no dia anterior tiveram junto aos delegados de Jaguariúna, Pedreira, Holambra, e os ouviram, tinha sido muito instrutivo, muito bom, ele também tinha pesquisado, tinha feito pesquisa com advogados que ele tinha contato, ele tinha lá, também, uma nota técnica do Conselho Nacional de Justiça, que ia contra à PEC, e que tinha sido com anuência do Presidente Joaquim Barbosa, do Conselho Nacional de Justiça, e que ele queria dizer a todos que ele era contra, devido àquele fato; (naquele momento houve manifestação na assembleia, com aplausos, e o Sr. Presidente solicitou para que não se manifestassem); a seguir, fez uso da palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que cumprimentou a todos, dizendo que ele queria parabenizar a atleta de Jaguariúna, a Marina Malachias, pelo título inédito da Décima Terceira Corrida do Batom, dos seis quilômetros; parabenizou o Campeonato de Futebol de Salão, acontecido no Azulão, e das igrejas e a campeã atual era a Filadélfia, que levou o título; agradeceu aos delegados que lá estiveram, no dia anterior, presentes naquela Casa, delegados da Polícia Civil, que explicaram sobre o assunto da PEC 37 e tiraram todas as dúvidas sobre a moção do

Vereador William Zidane, e disse que ele era favorável e ia votar, sim, a favor da moção; parabenizou os quatro times que chegaram ao final do campeonato Amador do Município de Jaguariúna, na segunda divisão, os dois times que chegaram tinha sido a RQN e a Roseira Veterano; parabenizou, também, o da primeira divisão que tinha sido o quiosque Santa Cruz que, também, estaria jogando contra a Roseira da primeira divisão; parabenizou, também, ao Joselito Brisola que tinha sido vice campeão de Jui Jitsu, na categoria de sessenta quilos, na faixa azul, no município de Holambra, representando o Município de Jaguariúna; disse que ele queria, lá, falar sobre um assunto que estava em alta no país, que eram os manifestos que estavam acontecendo, porque o País não aguentava mais tanta corrupção; disse que na semana anterior, o nobre Vereador David Hilário Neto tinha feito uma denúncia lá muito bonita, que todo mundo tinha gostado e ele era favorável à denuncia que ele tinha feito lá, naquele Plenário, e disse que nem todos que tinham se manifestado eram da bagunça, eram pessoas que queriam denegrir a imagem de pessoas justas, que queriam defender o direito da população honesta e justa e, também, licitações superfaturadas, então, defendendo aquela questão; pessoas que usavam o dinheiro de forma incorreta, imprópria, dinheiro público, licitações superfaturadas, estádios que eram feitos com o dinheiro do bolso deles, de pessoas que pagavam todos os impostos, todos os dias, aquilo era uma injustiça, e eles estavam querendo defender aquela questão, e falando sobre aquele assunto, ele ia falar de um assunto que ele tinha fiscalizado durante aquela semana, e fiscalizando o Tribunal de Contas, ele tinha encontrado lá, que no ano de dois mil e cinco, a antiga ACEPEP, ele não sabia se todos se lembravam, ela recebia, anualmente, um milhão e duzentos mil reais; então, ele queria fazer uma denúncia lá, também, da mesma forma que o nobre Vereador tinha feito, e ele achava muito incorreto usar o dinheiro público de uma forma injusta com a população, e daquele um milhão e duzentos mil reais, noventa mil reais tinham sido desviados, gastos com despesas de alimentação, refeição em restaurantes, bolos, ovos de páscoa, noventa mil reais gastos em ovos de páscoa, era uma palhaçada aquilo, e aquilo decepcionava a população, então, ele tinha ido lá pedir ao Sr. Presidente que encaminhasse aquele documento à Comissão de Orçamento e Finanças, para melhor análise, e ele só ia parar de falar sobre aquele assunto quando o dinheiro fosse devolvido ao Município com correção, com toda a correção de juros monetários, que ia dar mais de duzentos mil reais, e ia estar devolvendo àquele Município, e os responsáveis que fossem os culpados, e o Município ia ganhar, talvez, duas novas ambulâncias, creches reformadas, que era o caso que tinha acontecido, e a creche que tinha sido feito

o muro fantasma, então, era aquilo que ele tinha para falar, e pediu desculpas se algumas pessoas não tinham entendido o que ele quis dizer, mas era uma falta de respeito com o dinheiro público da cidade; (naquele momento houve manifestação na assembleia, com aplausos, e o Sr. Presidente solicitou para que não se manifestassem); a seguir, fez uso a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres, que depois de cumprimentar a todos, disse que ele queria lá estender o seu apoio ao nobre Colega, como ele tinha bem citado lá, todos estavam favoráveis ao seu projeto, (naquele momento houve manifestação no Plenário, com aplausos, e o Sr. Presidente solicitou para que não se manifestassem, e que respeitassem o Vereador falando, porque lá era o espaço dele e todos tinham de respeitar); e o Sr. presidente se dirigiu ao Vereador Alexandre da Silva Santos dizendo que ele não estava com a denuncia lá, então, o se ele pudesse depois passar para ele, seria bom; a seguir, o Vereador Ângelo Roberto Torres, continuou sua fala, dizendo que o Vereador teria o apoio dele também, uma vez que tinham de trabalhar em prol do Município, disse que queria esclarecer a questão do Cartão Cidadão, porque tinha acontecido um caso lá no posto da Roseira de Cima, uma vez que a pessoa era hipertensa, e por mais de dez anos já fazia o controle de pressão no Posto de Saúde, e aquela senhora tinha setenta e dois anos de idade, era diabética, hipertensa, como ele já tinha dito, há mais de dez anos e, infelizmente, o chefe do Posto de Saúde lá não quis que medisse a pressão dela e nem visse a pressão dela, e ela já com a diabetes alta, não conseguia achar o Cartão Cidadão dela, e depois de uns vinte dias daquilo, ela contou aquele caso para ele, e naquele dia ele tinha ficado com ela no UPA, até uma e meia da manhã e, por coincidência, aquela senhora era a mãe dele, então, disse que ele achava que não era porque era a mãe dele, mas aquilo era uma questão de coerência, e se eles dessem uma volta na nossa região, olhassem hospitais, eles iam ver que o Hospital de Jaguariúna era bom, a UPA, apesar de tudo, também, seria bom, mas, muitas vezes, tinham pessoas que não abriam o seu coração na hora do atendimento, e a mãe dele tinha voltado lá na casa dela, procurado e quando ela achou o Cartão Cidadão, ela tinha ido lá, e ele foi com ela lá para, ele não se lembrava a data e tinha sido um dia que tinha feito frio pra caramba, inclusive, tinha sido um dia em que ele esteve lá no UPA, e pôde presenciar o frio que aquelas pessoas passavam lá, aguardando a espera de uma consulta, e como podia até aquele dia ter sido construído aquilo lá e não ter sido colocado toldos lá, e via lá, corrupção, coisa que não tinha sido construído, outro que tinha sido desviado, ou que tinha sido isso ou aquilo, mas aquilo lá estava à vista, chegava lá, uma senhora de sessenta, setenta anos, aquele frio e ficavam na friagem, então, ele achava que tinham de ter as pessoas certas, nos

lugares certos, e o atendimento era uma questão de coerência, de coração, e ele dizia que, às vezes, a saúde de todos era mal vista, por maus profissionais que estavam lá para servir, e pediu a todos que quem tivesse, que levasse as denúncias até eles, que fosse até a Secretária de Saúde e que ele tinha comunicado para a Secretária de Saúde, comunicado ao Prefeito, porque disseram que era ordem deles e ele achava que não tinha partido de lá e que aquilo era uma questão, como ele tinha dito, de coerência; agradeceu a todos, desejando uma boa semana e dizendo que estariam entrando em recesso e, com certeza, teriam muito trabalho lá, porque tinham as contas para serem analisadas, e o recesso seria só das sessões, porque eles teriam muito trabalho pela frente (naquele momento houve manifestação na assembleia, com aplausos, e o Sr. Presidente solicitou para que não se manifestassem, para respeitarem a liberdade de cada um); a seguir, fariam uso da palavra os Srs. David Hilário Neto e Fábio Augusto Pina que a passaram; fez uso da palavra o Sr. Gerson Antonio que cumprimentou a todos dizendo que, aproveitando o que o Neguita tinha falado da saúde, ele ia, também, complementar mais um pouco do assunto, e ele que tinha dois filhos com diabetes, e o que tinha acontecido com a mãe dele, ela tinha esquecido o cartão, e a glicemia dela estava mais de trezentos e a pressão dela estava dezenove por sete, por oito que ela tinha dito para eles lá, então, ela tinha procurado o cartão dela e não tinha achado, aí tinha ido lá, o Gabriel, o neto do Neguita estava junto e tinha ficado até bravo com a pessoa que tinha atendido, dizendo para ela, se ela estava vendo que a pressão dela estava dezenove e a glicemia estava alta, então, se ele tivesse o bom senso lá na hora, ela ia todos os dias, era uma terça feira, era só ele virar, voltar uma página lé, e perguntar o nome dela, e pegar o número do Cartão Cidadão, era uma coisa simples de estar fazendo; disse que ele, também, devido aos seus dois filhos com diabetes, em março, ele deveria estar passando em consulta, a médica tinha pedido exame, foi feito exame e quando tinham terminado de fazer os exames, era para voltar lá e marcar consulta, e foi marcada a consulta, tinha feito o exame em março mesmo e a consulta tinha sido marcada para o mês seguinte; ele quis dizer com isso que a hora que chegasse lá, quatro meses, já tinha perdido o efeito do exame, então, precisava ser feita alguma coisa, se falava muito em dívida, em outras coisas, mas, tinham de pensar um pouco na população, também, se eles fossem ficar assumindo tudo o que os outros tinham deixado para eles e o povo ficasse sofrendo, daí ficava difícil; agradeceu a todos e desejou uma boa noite; a seguir, faria uso da palavra o Sr. Vereador Luiz Carlos de Campos, que a passou; fez uso da palavra o Sr. Luiz Gustavo Gothardo, que cumprimentou a todos, dizendo que ele estava lá para externar

apoio à Comissão, ao Adilson, como eles estavam falando naquela noite, que só não estavam votando, naquela sessão, a questão da Zona ZEEM, por um rito, uma coisa que faltava: a ata, e todo mundo, eles sabiam que havia a cobrança na rua, mas a posição da Câmara lá, ele achava que era firme, já tinha sido dada e ele sabia que iria haver a votação oficial, mas ele achava que a coisa já estava encerrada pelo menos por eles; disse que ele queria, também, falar com o Xandy que se foi levantada uma denúncia, eles tinham de apurar, como o David tinha levantado a dele, também, então, ele achava que eles tinham de estar em cima vendo tudo isso, e era isso que ele queria dizer; (naquele momento houve manifestação na assembleia com aplausos, e o Sr. Presidente solicitou para que não se manifestassem, para respeitarem a liberdade de cada um); a seguir, fez uso da palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco, que cumprimentou a todos, dizendo que ela queria manifestar à Comissão, ao Presidente Adilson, o seu apoio na questão da Zona ZEEM, que já tinha sido bastante discutido, e era uma pena, que naquela noite, eles não podiam fazer uma votação, mas, com certeza, o seu voto era favorável; em relação à moção do Zidane, pediu desculpas a ele, porque ela ia se abster de votar, porque, no dia anterior, estiveram na Casa os delegados explicando a questão da PEC 37, mas ela não se sentia, ainda, à vontade para votar, até porque eles ouviram um lado e ela não teve a oportunidade de conversar com ninguém da Promotoria Pública, para ouvir o outro lado, então, ela pediu desculpas a ele, e ia se abster de votar, por aquele motivo; disse que uma questão que ela gostaria de ressaltar, e que eles tinham falado lá, em questões de atendimento e de saúde, ela achava que o Município precisava pensar um pouquinho de como articular os recursos, e que estavam presenciando algumas situações e presenciaram na gestão passada, também, e ela percebia que, às vezes, era falta de articular ações, então, ela ia citar um caso que, inclusive, tinha sido citado pelo Gerson e que era uma questão de falta de articulação e acabava se gastando mais, se tinha uma impressão que se estava economizando, mas estava se gastando mais; e falou que tinha uma situação de uma pessoa paraplégica, que precisava de fralda, não foi atendida por uma questão lá de avaliação, e aquela pessoa passou a usar fralda de pano e ficou com uma escara muito grande, aquela escara tinha ido para o hospital e tinha acabado ficando muito mais caro o tratamento do que a questão da fralda, então, ela achava que aquelas questões pareciam pequenas mas, não eram, porque se somassem, elas acabavam ficando muito grande, então, às vezes, faltava um pouquinho lá uma questão de articulação entre as secretarias, para verem aquilo que pesava mais na balança, então, era só isso que ela queria falar; a seguir, faria uso da palavra os senhores Rodrigo da Silva

Blanco e Romilson de Souza Silva que a passaram; fez uso da palavra o Sr. William de Souza Silva que, depois de cumprimentar a todos, disse que ele gostaria de agradecer imensamente a presença de todos, e que ele ficava muito feliz quando via aquela Casa cheia; agradeceu os senhores Vereadores e que era uma satisfação imensa estar mais aquela legislatura com todos eles; disse que ele gostaria de se sensibilizar com o nobre Vereador Neguita, por causa do ente querido dele, e que, às vezes, ele acabava se colocando no lugar dele, e ele tinha visto que ele tinha se emocionado lá, tratando da genitora dele, a mãe dele, e era lamentável quando acontecia aquilo com uma pessoa querida, como a mãe, mas ele gostaria de explanar lá, que aquela atitude não deveria acontecer porque tinha sido a mãe de um Vereador, não, e não deveria acontecer com nenhum cidadão e que o serviço público estava lá para todas as pessoas, para família de vereador, de deputado, de delegado, do que fosse, o serviço público tinha de ser na excelência para todos e, lamentavelmente, aconteceu com a mãe do Vereador, mas que não acontecesse com a mãe de nenhum munícipe da cidade e de ninguém do país; quanto ao projeto de lei, ele gostaria de referenciar a todos os Vereadores sobre o veto, que era de uma forma muito triste que eles se reportavam daquela forma, uma vez que eram testadas a inteligência e o conhecimento deles lá, e ele tinha a liberdade, não era nem arrogância da parte dele, mas quando ele passava cinco meses estudando, ele discutia, conversava com o jurídico, com advogados e participava membros da Ordem dos Advogados e pessoas especializadas de um departamento importante para tratar de um assunto importante que era a questão das drogas no Município, que tinham várias famílias empesteadas por aquele câncer, sofrendo com aquele problema das drogas, e ele dentro da sua atividade parlamentar, simplesmente, quis instituir a semana, tinham mais de dez leis criadas no Município instituindo a semana, várias leis criadas na gestão do atual Prefeito Tarcisio e, lamentavelmente, ele tinha visto uma situação lá que ele tinha se sentido tratado como analfabeto jurídico, tinham sido colocadas as questões, decisões de programas, fundamentações, e ele não quis criar programa nenhum, não era da atribuição dele, ele não era da parte do Executivo para criar programa e, simplesmente, ele quis instituir uma semana cultural para que eles pudessem fazer entidades, discutir na Câmara, realizar debates, ouvir as pessoas, encaminhar pessoas e orientá-las sobre os órgãos especializados para tratar daquele assunto relacionado a entorpecentes; disse que ele tinha visto fundamentações de três municípios criando programa e ele não tinha falado de criação de programa, então, aquilo tinha sido um lapso muito grande, ele achava que tinha sido uma irresponsabilidade aquela manifestação, até

porque eles tinham outra legislação, ele não estava inovando lá, tinha um projeto criado pelo Vereador Neguita instituindo a semana da arborização, tinha um projeto criado, recentemente, pelo Vereador Bozó, discutindo as questões sobre relógios de águas, e se fossem criteriosos, eles entravam no âmbito do Executivo; tinha uma emenda que tinha sido votada lá, mexendo nas atribuições de Secretarias e, lamentavelmente, aquilo não o afetava em nada, e ele tinha ido lá na representação de todos, tentar realizar um ato e viu o seu direito ser cerceado e ele gostaria de falar para eles que se eles estavam lá e se eles não tinham o dever de legislar, instituindo a semana do Município; naquele momento, o Sr. Presidente falou ao Vereador William Zidane que o tempo de fala dele havia terminado e o Vereador questionou ao Sr. Presidente que o tempo de líder poderia ser preservado e o Sr. Presidente respondeu que não, que poderia só no debate da discussão; o Sr. Vereador disse que tudo bem e que, infelizmente, ele tinha excedido o tempo e agradeceu a atenção de todos; (naquele momento houve manifestação na assembleia, com aplausos, e o Sr. Presidente solicitou para que não se manifestassem, para respeitarem a liberdade de cada um); a seguir, fez uso da palavra o Sr. Presidente, Alfredo Chiavegato Neto, que cumprimentou a todos os presentes, dizendo que ele só gostaria de parabenizar à Comissão de Meio Ambiente, em nome do Adilson e dizer a ele que se o projeto não estava sendo votado naquela noite, não era só porque a Secretaria não tinha conseguido terminar a ata, mas era uma prerrogativa dele e ele tinha falado ao nobre Vereador que votaria aquela matéria somente em agosto e o nobre Vereador tinha entendido, então, se tivesse pronta a ata, provavelmente, não seria votada, também, em primeira discussão naquela noite e que ambas as discussões seriam em agosto, como o comprometido com o nobre Vereador e com a Comissão, e que se Deus quisesse no dia oito de agosto, dia seis e treze entraria em votação; disse que ele gostaria, também, só de lembrar à nobre Vereadora Rita que na moção eles iriam ter a oportunidade de cada um se explicar da posição deles, a favor ou contra, e que deveriam se abster só se fosse de matéria de foro íntimo, e gostaria, também, de dizer ao nobre Vereador Xanddy que a denúncia dele tinha sido entregue a Câmara e que ele precisava ver que procedimento iriam tomar, porque existia um acórdão do Tribunal a respeito daquilo, questionando a ACEPEP sobre aquele recurso e ele só ia ver depois com relação a isso, que ele iria fazer, das providências, para dar uma resposta de acordo com a denúncia, e que já tinha sido determinado a devolução e tudo o mais, e ele ia ver o que ia fazer naquele caso, para dar uma resposta, porque, naquele momento, ele ainda não tinha uma informação para dar a ele. Terminado o

Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: primeiramente, dos Srs. Rodrigo da Silva Blanco, Gerson Antonio, William de Souza Silva, Romilson Nascimento Silva e Luiz Gustavo Gothardo foi apresentado requerimento de urgência especial, em conformidade com alínea “b”, inciso I, do Art. 185, do Regimento Interno, para que o Projeto de Lei nº 023/2013, do Executivo Municipal que dispõe sobre autorização ao Município para celebrar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, sobre serviços de Bombeiros fosse apreciado em única discussão, naquela sessão; em discussão e votação, foi o referido requerimento aprovado por onze votos favoráveis, sendo um contrário do Sr. Alexandre da Silva Santos; a seguir, o Sr. Presidente designou a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco como relatora especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a sessão; decorrido prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer da Relatora Especial designada; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 023/2013, do Executivo Municipal que dispõe sobre autorização ao Município para celebrar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, sobre serviços de Bombeiros. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 , “a” § 1º, do R.I.). Em discussão e votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; a seguir, dos Srs. David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio e William de Souza Silva foi apresentado requerimento de urgência especial, em conformidade com alínea “b”, inciso I, do Art. 185, do Regimento Interno, para que o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio de cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, objetivando a instalação e funcionamento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (“CEJUSC”), encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 060/2013, fosse apreciado em única discussão, naquela sessão; em discussão e votação, foi o referido requerimento aprovado por onze votos favoráveis, sendo um contrário do Sr. Alexandre da Silva Santos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador

Gerson Antonio como relator especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a sessão; terminando o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do Parecer do Relator Especial designado; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 025/2013, do Poder Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio de cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, objetivando a instalação e funcionamento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (“CEJUSC”) (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.). Em discussão, pediu a palavra o Sr. Adilson José Abracez, dizendo que estava mais uma vez, naquela tribuna, para falar que aquela Casa, ele poderia dizer que ela era generosa quando o interesse público se fazia necessário, e que acabaram de aprovar dois requerimentos de urgência especial, aonde um projeto entrava no dia e era aprovado no mesmo dia, então, era uma Câmara que se pautava pela responsabilidade por tudo e um projeto que tinha feito todo o seu rito, tudo, e que apesar dele não poder reclamar porque, ainda, não estava pronta a ata, o Sr. Presidente tinha afirmado que era prerrogativa dele e que se estivesse a ata pronta, ele não poria, também, naquela noite, em votação, então, lá as demonstrações que ele tinha era que as prerrogativas dele era uma pouco mais prerrogativas do que ele achava interessante; a seguir, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva dizendo que quanto ao projeto relacionado ao CEJUSC, Conselho de Conciliação, Órgão de Conciliação criado no Município, ele gostaria de parabenizar o Executivo Municipal, porque era um excelente projeto de lei, e todas aquelas pessoas que fizeram parte daquele projeto, trouxeram informações para o Município, e ele tinha uma propriedade para falar sobre aquele projeto, porque ele tinha dois títulos pela Escola Superior da Magistratura, entre elas, a conciliação; disse ser formado pela Escola de Magistratura, para conciliação, e que era um trabalho muito bonito, feito pelo Judiciário, e carecia daquela situação, e muitos processos se acumulavam no Fórum do Município e aquele projeto do CEJUSC ia acelerar muitos processos e ia levar o direito de cada pessoa de uma forma muito mais rápida pelo Poder Judiciário, então ele gostaria de mandar um abraço para o Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, o seu amigo Flávio Fernandes Pacetta, que era o organizador do projeto, na Faculdade de Jaguariúna e no Fórum, ele era diretor do Fórum, a Ordem dos Advogados do Brasil, que também fazia parte do processo e todos aqueles conciliadores formados pelo Tribunal de Justiça que desempenhavam aquela função em Jaguariúna, e ao Executivo Municipal, portanto, o seu voto era favorável, tanto pelo urgência como pela aprovação do

projeto que era de muita valia e que iria levar muitos benefícios a todos; em seguida, fez uso da palavra o Sr. Presidente, dizendo que ele só queria ressaltar que a urgência daquele projeto se dava pelo fato de que em julho próximo, havia a necessidade de fazer aquele convênio e aquele serviço, e disse, também, que o requerimento de urgência era uma prerrogativa da Câmara Municipal, que cabia a qualquer projeto de lei e que a projeto de lei complementar, realmente, não cabia o requerimento de urgência. A seguir, em votação, o Projeto de Lei nº 025/2013, do Poder Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio de cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, objetivando a instalação e funcionamento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (“CEJUSC”), foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Única Discussão foi apreciada a Moção nº 041/2013 do Sr. William de Souza Silva - Zidane de apoio à PEC nº 37, que define a competência exclusiva para a investigação criminal pelas Polícias Federal e Civil dos Estados e do Distrito Federal, e o Respeito pela Investigação Policial. Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos e disse que aquela moção estava sendo votada naquela sessão, na Ordem do Dia, porque como bem o Presidente tinha falado, era uma prerrogativa do Plenário; geralmente, as moções, como tinha acontecido naquela noite, ela tinha sido votada, uma moção que tinha sido votada no Expediente e tinha aquela possibilidade, quando eles tinham uma dúvida, quando eles queriam se aprofundar mais a respeito de um determinado assunto, então, tinha aquela possibilidade de uma moção ou requerimento sendo discutido na Ordem do Dia, que tinha sido uma solicitação que eles tinham feito na sessão passada e tinha sido aprovada no Plenário; agradeceu, também, porque no dia anterior tiveram a participação, uma reunião na Câmara, onde estiveram presentes lá para falar a respeito da Emenda Constitucional, o doutor Marcelo, que era o delegado de Jaguariúna, o Doutor Anderson, que era delegado de polícia de Pedreira e a Doutora Juliana, que era a delegada do município de Holambra, e só para dar uma esclarecida, também, disse que aquela PEC 37, que eles tinham ouvido falar bastante, no noticiário, pela internet, era uma proposta de Emenda à Constituição, ela tinha sido apresentada em dois mil e onze e ela estava inserindo um parágrafo na Constituição Federal, no parágrafo dez, e ele ia pedir licença para fazer a leitura do parágrafo dez, onde dizia que “a apuração das infrações penais de que trata os parágrafos primeiro e quarto deste artigo, incumbe privativamente as polícias Federal e Civil, dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente”; disse que ele tinha acompanhado já há um bom tempo a discussão daquela emenda e tinha gerado

muita discussão entre as partes, entre as Polícias, entre o Ministério Público, em relação àquela proposta de emenda, e ela deveria ser votada no mês de junho, no dia vinte e seis, e como o Adilson tinha comentado lá na hora do Expediente, uma nota técnica que tinha sido apresentada pelo Conselho de Justiça, e pediu licença mais uma vez para estar lendo para todos, o texto que dizia: “O Conselho Nacional de Justiça aprovou, por unanimidade e enviou ao Congresso Nacional de Nota Técnica, contra a aprovação da Proposta De Emenda Constitucional Trinta e Sete, segundo o documento, a PEC 37 reduziria a eficácia do combate ao fenômeno da criminalidade, além de ser contrária ao interesse público e à ordem constitucional vigente. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, a proposta contida na PEC 37, dimensiona e eleva a patamares insustentáveis, os poderes da Policia Judiciária e como consequência, subestima e descarta o poder de atuação dos outros órgãos públicos, como por exemplo a Receita Federal, sobretudo nos crimes tributários, as Agências Reguladoras, sobretudo nos delitos contra as relações de consumo e contra a economia popular, os Tribunais de Contas, sobretudo na identificação de crimes contra a administração pública, o Banco Central do Brasil, sobretudo nos crimes financeiros contra o Sistema Financeiro Nacional, a Comissão de Valores Mobiliários e o Conselho de Atividades Financeiras, COAF, sobretudo nos delitos contra o mercado de valores imobiliários, nos crimes financeiros e nos crimes de lavagem de bens e outros; a proposta descompensa todo o sistema de controles públicos, afirma a nota, a sugestão de enviar a nota técnica ao Congresso, foi apresenta pelos conselheiros Gilberto Martins e Wellington Saraiva, na sessão da terça feira, e apoio do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Joaquim Barbosa, que assina o documento”; disse que como todos sabiam, o Ministro Joaquim Barbosa era o Presidente do Supremo Tribunal Federal, era o Órgão Máximo do Judiciário brasileiro e a preocupação com relação àquela PEC era que o Ministério Público não fizesse mais o que fazia atualmente, que todos sabiam que era um trabalho bem feito e eles tinham visto muitas punições no país, graças ao trabalho, também, do Ministério Público e a preocupação daquela Emenda Constitucional que dava o poder privativo para as polícias, a investigação, que ficava prejudicada ainda mais as punições que viam no Brasil, infelizmente, muitos desmandos, muitos descasos e muita gente impune, então, a preocupação dele, inclusive a discussão em relação àquele tema era em relação a isso, e por isso ele ia votar contrário à Moção do nobre Vereador William Zidane; a seguir, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva, que mais uma vez cumprimentou a todos e disse que, antes de falar o motivo da colocação

daquela propositura, do simples ato administrativo dentro da atribuição de Vereador, ele gostaria de mandar um abraço a grandes professores, amigos, pessoas que ele tinha um carinho muito grande, ele que tinha feito parte, tinha estudado na Escola do Ministério Público, antes de entrar na Polícia, ele tinha feito a preparação para ser Promotor de Justiça e tinha acabado desistindo daquela atuação para se especializar em Direito Desportivo; teve que fazer especializações fora, acabou não continuando seus estudos no Ministério Público, mandou um abraço para o senhor Dario Mariano, Luiz Rossine de Souza, Dr. Ronaldo Mazagão, Antonio Caputo, Fernando Capelo, foram seus promotores, seus professores, que realizam um excelente trabalho no Ministério Público; frisou que o simples ato administrativo de tentar fazer aquela moção para valorizar um tema em discussão nacional, tinha sido na valorização do trabalho policial, tinham mais de quinze mil policiais, tanto federais realizando o trabalho de investigação, mais de quarenta mil policiais civis no Estado, espalhados pelo Brasil afora, que realizavam um trabalho de investigação, aquela era uma briga institucional; se fosse ele ficava muito triste porque realizavam um trabalho de investigação, ele pedia licença e disse que não tinha nada a ver em relação ao pronunciamento do Vereador Luiz Carlos de Campos, e que ele tinha toda a liberdade, porque aquele era um simples comentário dele, mas eles tinham um problema nacional de informação, de se manifestarem em problemas relacionados a algumas coisas e como as informações eram chegadas para a população, e que a PEC discutia uma omissão na legislação, porque não constava na legislação o termo privativo, algumas investigações realizadas pelo Ministério Público, diante de alguns excessos, de algumas atribuições muito bem feitas, advogados que sentiram os direitos cerceados, entraram com vários recursos, chegaram ao Tribunal e muitas vezes pediram a anulação daqueles atos, porque não era competência do Ministério Público realizar investigação, e a Polícia se sentiu enfraquecida dentro das suas atribuições, uma vez que eles tinham o poder de investigação cerceado; ele achava que os Estados deviam investimentos nas polícias, e que tinham investimentos muito altos no Ministério Público, e que se aquele fosse um ato contra o Ministério Público ele não faria, porque jamais ele teria um ato de irresponsabilidade, e que todos eles investigaram, a população os investigavam, as Polícias investigavam, o Judiciário, o Ministério Público investigavam, e aquilo não cerceava de direito algum o poder do Ministério Público de investigação, os delegados estiveram naquela Casa, no dia anterior, explanaram para todos eles e em momento algum eles falaram que tirava o direito de investigação da PEC, eles defendiam um direito institucional, que as polícias que tinham o dever de investigar, a polícia

judiciária, e tinha o direito cerceado, para que aquela briga de poder, sendo que o processo iniciava pela polícia, a investigação criminal, através do inquérito policial, levava ao conhecimento do Ministério Público e denunciava ou não o cidadão que tinha cometido o ato de infração penal e o juiz julgava, o processo ia continuar, as polícias iam se sentir fortalecidas com a fiscalização do Ministério Público, e aquilo era uma incoerência aquelas informações que jogavam contra o Ministério Público, e ele jamais teria a irresponsabilidade de fazer qualquer ato contra o Ministério Público, e ele achava que tinha havido uma falha lá, porque tinha de fazer aquilo funcionar, e se teve aquela discussão, teve a possibilidade de convidar um promotor de justiça e de fazer, e como as pressas ele tinha pedido para os delegados irem lá, porque ele se sentiu suspeito de colocar aquela situação, ele, simplesmente, quis valorizar a atividade policial por ele, há tantos anos, fazer parte, valorizar o trabalho que estava sendo feito pelo delegado de Jaguariúna, valorizar o trabalho que estava sendo feito pela delegacia geral de Polícia Federal, e jamais tentar, ele gostaria de frisar que o equilíbrio dos poderes e que a aprovação da PEC ia manter o equilíbrio dos poderes, as duas instituições, a Polícia ia ser investigadas pelo população e pelos membros do Ministério Público, o Ministério Público ia poder iniciar as suas investigações e não ia ocorrer nenhum cerceamento de defesa, então, ele ficava triste quando havia aquela troca de informações, haviam interesses que tentavam denegrir aquela situação e a moção, disse que não era dele a moção, ela era de vários policiais que reivindicavam um direito como pessoas que se manifestavam o direito, eles reivindicavam, delegados de policias eram concursados, investigadores, escrivães, eram todos concursados, compromissados com a investigação criminal, nenhum deles poderia fazer omissão a nenhum fato criminoso, mas eles precisavam de uma Polícia forte, uma Polícia que, realmente, punisse o indivíduo que cometesse a infração penal, e se enfraquecesse a Polícia, daí sim, que eram eles, que estavam lá no dia a dia, que iam lá em cada solicitação da população, eles retirarem aquela moção era uma irresponsabilidade, se aquilo acontecesse o Estado prestaria um desserviço à comunidade (naquele momento houve manifestação na assembleia, com aplausos, e o Sr. Presidente solicitou para que não se manifestassem); a seguir, novamente, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo que ele só queria fazer mais um complemento e ele enalteceu o trabalho da Polícia, dizendo que ele sabia e que ele tinha dito bem aquilo no dia anterior para os delegados que estavam presentes, mas aquela PEC, realmente, era preocupante, porque se ela não fosse preocupante, ela não teria gerado tanta discussão como tinha gerado até aquele momento, então, ele

achava que não era uma coisa tão simples; disse que ele era leigo em relação àquele assunto, mas ele sabia que no Conselho Nacional de Justiça tinham pessoas capacitadas, eram juristas que estavam lá e eles se manifestaram porque eles entendiam da legislação também, e a preocupação não era de um Vereador, de um município pequeno como de Jaguariúna, e aquela discussão não estava restrita em uma Câmara pequena como aquela, de um município em torno de cinquenta mil habitantes, era uma discussão pelo Brasil inteiro e tinha sido criada uma Comissão, lá no Congresso Nacional, Senado e Câmara, para eles tentarem um entendimento e conseguirem uma redação que fosse favorável para as duas partes, e não era uma coisa tão simples, porque se fosse simples, não geraria a discussão que tinha gerado até aquele momento, então, ele estava tranquilo em relação ao voto dele, ia votar contrário, tinha pesquisado bastante em relação àquele assunto; a seguir, pediu mais uma vez a palavra o senhor William de Souza Silva, dizendo que ele se reportava com muito respeito ao nobre colega Vereador, e que ele só gostaria de frisar ao Vereador a essência da situação, e que a PEC tinha sido proposta para cumprir uma lacuna dentro da legislação, e eles não poderiam levar a informação errada para a opinião pública, ela tinha sido proposta para prever uma lacuna que existia na Constituição Federal, por isso que era PEC, Proposta de Emenda à Constituição Federal, que não constava lá o termo privativo e houve aquelas discussões, então, por isso tinha sido proposta a PEC, para cumprir aquela lacuna e de forma, daí os membros do Ministério Público acharam que se ela fosse provada, eles iam perder o direito, pediu desculpas ao Vereador e disse que ele não tinha problema na leitura e que, em momento algum, ele tinha lido aquilo, falando que retirava daquela PEC, e ele teria toda a humildade de ir lá e pedir desculpas por ter feito aquele ato, aquela manifestação, se a PEC falasse que tirava o poder do Ministério Público, e que era muito bem inteligente por parte dos membros, dos promotores, foram em um momento de discussão e tentaram fortalecer a sua instituição, levando mais um benefício para a instituição, que era a investigação, e era aquilo que ele tinha verificado no texto, mas o texto estava lá e ele achava que o Ministério Público deveria propor a PEC do Ministério Público, então, eles tinham de frisar muito bem que a discussão que estava tendo, muitas pessoas até fora do âmbito falando que era a PEC da impunidade e que não existia aquilo, o texto estava lá para todos e era para discutir uma lacuna, as Polícias defendiam a prioridade na investigação, e o Ministério Público tinha utilizado aquele momento, fez o que tinha sido feito no Tribunal de Justiça, e aquela tinha sido uma discussão, tinha sido como um ato daquele que o Tribunal tinha feito um ato favorável aos promotores, contrário a

dar aquele poder para a Polícia, mas não tinha aquela briga da instituição, e ele tinha todo o respeito pelo Ministério Público e ele achava que eles tinham de levar a informação correta; pediu ao Vereador que o permitisse, mas que ele achava que pela essência da legislação e, simplesmente, cumprir uma missão e não colocava ninguém, nenhuma instituição em conflito lá, e a sociedade não ia perder com a aprovação, não ia perder se fosse reprovada, ele achava que tinham de limitar, deixar cada instituição no seu lugar, como existia o Poder legislativo, o Executivo, cada instituição tinha de ter o seu devido papel, mas retirar de uma instituição um trabalho que há mais de cem anos vinha fazendo o seu papel, então, simplesmente tinha sido isso, e quando ele tinha verificado a PEC, ela discutia aquilo, ela não tirava o poder do Ministério Público, só que o Ministério Público tinha utilizado o momento para falar que ele também gostaria de fazer a investigação e daí tinha gerado toda aquela polêmica lá; pensava que o Vereador entendia, que de uma forma muito humilde ele tentou explicar, por fazer parte de uma instituição e não estava lá defendendo a polícia, nem omissão e nem favorecimento ao crime, era simplesmente o texto, e o que ele quis fazer foi um simples ato como Vereador dentro da cidade, através daquela Câmara Municipal, e ele respeitava a investigação policial. A seguir, em votação, a Moção nº 041/2013, do Sr. William de Souza Silva, a mesma obteve o seguinte resultado: seis votos favoráveis dos Srs: Alexandre da Silva Santos, Ângelo Roberto Torres, Gerson Antonio, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva, e seis contrários dos Srs.: Adilson José Abruhez, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo e Rita de Cássia Siste Bergamasco; havendo empate o Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “4” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, IV da Lei Orgânica do Município, o qual foi contrário à referida Moção. Desta forma, a Moção nº 041/2013 do Sr. William de Souza Silva - Zidane de apoio à PEC nº 37, que define a competência exclusiva para a investigação criminal pelas Polícias Federal e Civil dos Estados e do Distrito Federal, e o Respeito pela Investigação Policial, foi rejeitada por sete votos contrários, sendo seis favoráveis. A seguir, em Segunda Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 019/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2014, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, VII do R.I.). Com emendas já aprovadas. Em Discussão e Votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; A seguir, em Primeira Discussão foi apreciado o Substitutivo à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2013, dos Srs. Luiz

Carlos de Campos, Fábio Augusto Pina, David Hilário Neto, Luiz Gustavo Gothardo e Romilson Nascimento Silva que acrescenta o inciso VII e um parágrafo único, ao artigo 13, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, III do R.I.). O Sr. Presidente suspendeu a sessão para esclarecimentos; decorrido o prazo necessário, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do Parecer da Comissão Permanentes de Constituição, Justiça e Redação. A seguir, em Discussão e Votação foi o referido Substitutivo aprovado por unanimidade de votos. O Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “2” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, fez uso da palavra o Sr. William de Souza Silva, que mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo que ele gostaria de fazer um agradecimento especial aos moradores do bairro Tanquinho, que estavam lá presentes, e que estavam reivindicando alguns direitos lá e ele ia fazer um breve comentário sobre o que eles tinham passado; pediu aos Vereadores que eles não deixassem imperar o cinismo moral dentro daquela Casa, que eles fizessem aquilo funcionar de uma forma muito transparente e que as pessoas que tinham aquele mito, ele corrigia a palavra mito, mas que tivessem na consciência deles de irem reivindicar um direito na Câmara, levando suas informações e eles se manifestavam através dos atos legislativos deles lá, requerimentos, proposuras, e eles viam algumas picuinhas políticas lá dentro que faziam os direitos das pessoas serem afetadas, ele gostaria lá de explicar uma atitude pessoal dele que ele esperava contar com os demais Vereadores para que picuinha e cinismo moral não prevalecessem, se a população tinha renovado aquela Câmara, principalmente, de Vereadores novos, que Vereadores novos não tivessem pensamentos velhos, de políticos antigos, que eles pudessem levar uma política nova e sem demagogia naquela Câmara, aquela era uma manifestação dele, pessoal; contra a situação da pedreira Basalto, falou ao nobre Vereador Adilson, ele mais uma vez o parabenizava pela proposutura e disse que ele, também, tinha transparência para falar lá que ele não tinha visto o porquê não tinha sido colocada aquela votação, não tinha visto motivo, as pessoas há tanto tempo esperavam por aquela situação e eles ficavam com aquela demagogia que tratava de uma Empresa de grande porte, a Construtora Basalto, que ele tinha feito alguns requerimentos, ele esperava que tivesse resposta dele, devia milhões para o Município e se houvesse situação de CPI

para aquela pedreira, ele ia estar solicitando e contava com o apoio de todos os Vereadores, que a população tinha ido lá, se manifestado, tiveram audiências públicas e não tinha sido colocado; disse que a verdade tinha sido aquela, e, também, não tinha havido um esforço e ele, particularmente, retiraria todos os seus requerimentos, se fosse para auxiliar no direito daquelas pessoas; ele não tinha visto, também, então, no seu ponto de vista, ele respeitava as outras posições, ele não tinha visto esforço para atender lá aqueles moradores, ele esperava que não tivesse ocorrido lá favorecimento àquela pedreira, porque ele estava do lado do interesse público e, principalmente, daquelas pessoas que foram até lá reclamar os seus direitos, então, ele dava valor àquela Casa e a cada pessoa que ia até lá, e se fossem, iam contar sempre com o apoio dele; sobre as casas populares, ele gostaria de falar até a Presidente Dilma Rousseff, ele via de uma certa vergonha aquele programa “Minha Casa, Minha Vida”, no aspecto de ser um programa imposto pelo Governo Federal e algumas regras não eram modificadas no âmbito de Município, era um absurdo terem no Município famílias desde mil novecentos e noventa e dois, famílias morando em área de risco, famílias com deficiência, famílias que a Prefeitura pagava aluguel, ele tinha a certeza de que se fosse empresa privada daí, sim, teria no bolso pagar, tirar oitocentos reais por mês para pagar para a família, e como era da Administração Pública, continuava pagando, não vinha do bolso dele mesmo, vinha do bolso do contribuinte, só que eles não procuravam mecanismos de corrigir aquelas falhas, tinham pessoas lá que a Prefeitura pagava aluguel, e ele não tinha visto porque que não foram contempladas, foram excluídas com a numeração até abaixo da exigência e não foram contempladas; pessoas que tinham sido retiradas do benefício, estavam lá contempladas, participaram que nem palhaços de um monte de cadastros, reuniões pela Prefeitura, pela Caixa, e foram e não tiveram o porquê, esperava que funcionasse aquele requerimento de prazo de trinta dias que as pessoas fizessem um protocolo e informasse; disse que ele se sentiu como Vereador desrespeitado lá, porque em momento nenhum a Caixa tinha prestado informações e, diariamente, várias pessoas iam lá perguntar sobre aquele programa, porque tinha sido excluído, então, todos os Vereadores deveriam ter ciência, que eles tratavam com o público, estavam lá no dia a dia, e as pessoas acreditavam naquilo, e aquilo tinha de funcionar, então, eles tinham de ter informações para as pessoas e não tiveram, era um absurdo uma empresa pegar e não prestar informações e retirar um direito daquelas pessoas, de uma forma unilateral, sem informações, então, ele questionava aquele programa, ficava lá o seu ato de repúdio para aquele programa “Minha Casa Minha Vida”, para

aquelas pessoas que tinham sido retiradas daquele cadastro, sorteadas dois mil se eram oitocentas, houve politicagem e as pessoas estavam corretas quando criticavam os políticos mesmo, porque deram motivos, e ele esperava que muitos deles não fizessem parte, porque ele não iria fazer parte daquela palhaçada lá de loteamento, de falta de informação, daquela brincadeira com o direito das pessoas; eles tinham, ele sabia do mérito, ele tinha a certeza que muitas pessoas, que aquele Governo dava seriedade nas ações, as pessoas que faziam parte daquela situação, mas ele tinha certeza que ocorreram falhas, também, e ele ia procurar levantar; disse que, infelizmente, tinham colocado uma situação de identificar e aquilo era para inglês ver, porque quem ia denunciar a pessoa que a outra estava com casa lá, e partir de amanhã ser ameaçada, aquilo não existia, a denúncia anônima era procedente, sim, desde que não fosse para ofender ninguém, desde que não fosse de uma forma irresponsável, mas se tivesse denúncia anônima ele gostaria que cada Vereador tentasse levantar, porque havia procedência e ele já tinha visto muitos colegas, de que tinha “nego” que tinha casa em Holambra, tinha “nego” que tinha casa em tal lugar e estava pegando residência, retirava de pessoas que estavam precisando, era uma falta de respeito; disse que ele achava que a falha do Governo Federal deveria ir lá estudar com a Assistente Social, pessoas que desde mil novecentos e noventa estavam esperando por casa lá, e que tinha de haver um cronograma lógico da Assistência Social, para serem contempladas, não dava para pessoas esperando, uma de cinco receber, e a outra não, porque ele tinha feito hora extra, tinha sido excluído, aquilo era uma falta de respeito, porque a pessoa estava trabalhando garantindo a renda dele, e no outro mês ninguém garantia que ele iria ter, e foi excluída quinze anos esperando a casa popular, era uma falta de respeito, eles lá não estavam de brincadeira, então, tinha de fazer a coisa funcionar, ninguém era contra ninguém, o Executivo, então tinham de tratar aquelas pessoas com o devido respeito, porque eles estavam lá e não estavam de brincadeira e ele tinha a certeza de que os outros Vereadores, também, não estavam, então aquela era a sua manifestação, mandou um abraço a todos os Vereadores e disse que ele ficou triste porque no bairro do Tanquinho ninguém tinha sido contemplado, e o seu amigo lá da olaria desde mil novecentos e noventa e dois estava fazendo todos os seus procedimentos e chegava na hora era excluído, então, tinha de ver o que estava acontecendo; disse que era claro que lhe faltava alguns conhecimentos, e questionou se a renda preenchia, quanto tempo de cidade, e falou que tinham nascido em Jaguariúna, preencheram o requisito da Caixa e estavam fora, então, tinham de dar seriedade àquelas denúncias, para cobrarem da Prefeitura, e que

eles pudessem estar cobrando aquela situação, então, ele finalizava lá deixando aquele repúdio lá para aquela situação, mas, também, confortando as pessoas que tinham sido contempladas, para que eles tentassem acelerar; muitas pessoas estavam pagando aluguel caro, ainda, de oitocentos, reais, a qualidade daquelas construções, ele via escândalos sendo investigados pela Polícia Federal, relacionados àquela situação; disse que ele gostaria, também, e pediu permissão ao Vereador, dizendo que ele tinha todo o respeito por ele, e ele o parabenizava pela atitude semelhante a do Vereador David de apresentar uma denúncia, que, também, era grave, tratava-se do ex Prefeito, puxando a do Vereador David, tratava-se de mencionar Secretários, ex-Secretários municipais, e aquela era uma opinião dele, ele achava que eles não tinham de tratar aquilo com palhaçada, não que ele tivesse feito palhaçada, mas eles não poderiam deixar aquilo virar um palco de teatro, em cada sessão ser apresentada uma denúncia, então, pediu para que eles fizessem um negócio correto, ele ia ler todas e sugeriu que instaurassem uma CPI, porque eles tinham o dever de investigação também, e tinham de investigar os dois prefeitos, todos os secretários mencionados, eles iam ir lá, eles abririam o Ministério Público, contavam com o apoio da Polícia, do Poder Judiciário e fariam a investigação lá, de todos a que ele tinha apresentado e a que o nobre Colega tinha apresentado, e que instaurassem a CPI, eles estavam lá pra fazer, e questionou quem tinha medo de CPI; disse que tinham de fazer o procedimento investigatório lá, o Promotor estava lá, o Ministério e a Polícia, e tinham de fazer aquilo funcionar, e iam apurar; daí eles davam mais seriedade, daí eles tratavam com fundamento, tinha fundamento, eles fariam, e puniriam com rigor quem tinha brincado com o dinheiro público, que muito dinheiro tinha acabado sendo lavado, daí sim, e aquelas pessoas tinham ficado sem casas porque houve palhaçada naquele Município; pediu desculpas pelo desabafo e agradeceu a atenção de todos; (naquele momento houve manifestação com aplausos); a seguir, fez uso da palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos, que mais uma vez cumprimentou a todos dizendo que na Explicação Pessoal ele ia falar sobre um assunto interessante que tinha acontecido com ele na semana passada, ele tinha sido beneficiado com o “Bolsa Família”, e ele não sabia se todos conheciam aquele programa do Governo Federal, e ele tinha achado estranho e decidiu passar lá na sessão para que todos entendessem a situação dele; disse que, atualmente, ele tinha uma conta, uma conta não, ele tinha uma renda acima do que uma pessoa que precisava do “Bolsa Família”, e ele não conseguia entender como que o “Bolsa Família” tinha chegado para ele, então, ele foi lá mostrar para todos, e disse que, provavelmente, tinham mais pessoas dentro do Município

que estavam recebendo o cartão do “Bolsa Família” e que as pessoas não se beneficiassem daquela situação porque tinham pessoas que precisavam mais do que eles, e ele, no momento atual, não precisava, e ele queria deixar lá bem claro para todos, e se fosse há treze anos atrás quando ele morava numa invasão em Campinas, e não tinha nem o que comer direito, ele aceitaria de mãos cheias e agradeceria a Deus por aquele Cartão lá que era o “Bolsa Família”, mas, atualmente, ele não precisava e deixava lá de coração aberto para todos saberem; agradeceu a todos e desejou uma boa noite; (naquele momento houve manifestação da assembleia, com aplausos). Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia seis de agosto de dois mil e treze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas. Comunicou que de primeiro a trinta e um de julho a Câmara Municipal estaria em Recesso Parlamentar (Art. 32 da LOM). Deu início, a seguir, à Tribuna Livre. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Presidente

Vereador Adilson José Abracez
Vice Presidente

Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco
Primeira Secretária

Vereador Ângelo Roberto Torres
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

